

PARTE II – Duração: 2 horas

Leia com atenção as seguintes instruções:

- Na folha de respostas escreva o seu nome, o número de membro estagiário e a versão da prova de exame (A, B ou C). A não indicação de qualquer um destes elementos implica a anulação da prova.
- Não será permitida a consulta de legislação anotada nem a utilização de meios informáticos programáveis.
- Esta prova tem duas partes, cada uma com duração de duas horas.
- Cada questão tem a cotação de 0,4 valores. Por cada resposta errada serão descontados 0,1 valores. Não será penalizada a ausência de resposta.
- Leia atentamente as questões. Depois, assinale com um “X” a alínea (a, b, c ou d) correspondente à melhor resposta a cada questão. Se assinalar mais do que uma alínea de resposta para a mesma questão, essa questão será considerada como não respondida.

Se, por lapso, assinalar uma resposta e posteriormente quiser corrigi-la, deverá riscar a resposta dada inicialmente e escrever a outra que considera correta. No verso da Folha de Respostas, deverá ainda identificar de modo claro a questão corrigida e a resposta que definitivamente quer considerar correta.

COMPROVATIVO DE ENTREGA

Nome: _____

Doc. Identificação:

B. I: _____ Cartão Cidadão: _____ Passaporte: _____

N.º Membro Estagiário/Processo: _____

O Júri: _____



Estas questões são independentes do texto apresentado na PARTE I

QUESTÕES DE FISCALIDADE

Questão 26.:

Pode estar sujeita a IMT:

- a) A aquisição de ações, quando respeitem a sociedades que possuam bens imóveis, e quando por aquela aquisição, o capital passe a ser detido em 90 por cento por um só acionista.
- b) A doação de um imóvel.
- c) A promessa de aquisição e de alienação de um terreno para construção, em que se verifica a tradição do imóvel para o promitente adquirente.
- d) Todas as alíneas anteriores estão corretas.

Questão 27.:

A sociedade Gudiar, S.A., que se dedica ao comércio de calçado, detém uma viatura ligeira de passageiros, relativamente à qual incorreu nos seguintes gastos contabilísticos:

Viatura	Montante
Depreciação (25% x custo de aquisição de € 50.000)	€ 12.500
Combustível	€ 2.000
Imposto	€ 150
Seguro	€ 500

A empresa apresentou um prejuízo fiscal de € 200.000,00 em 2014. O valor de tributação autónoma a suportar relativamente a este ano é de:

- a) € 5.302,50.
- b) € 6.817,50.
- c) € 4.005,00.
- d) Estão erradas todas as alíneas anteriores.

Questão 28.:

O IVA suportado na aquisição de gasolina para consumo na viatura ligeira de passageiros de serviço de uma empresa metalúrgica:

- a) Nunca é dedutível.
- b) É sempre dedutível.
- c) Só seria dedutível se respeitasse a uma viatura de turismo.
- d) Nenhuma das anteriores.



Questão 29.:

O Banco do Norte, com sede no Porto, vai recorrer aos serviços de uma empresa norte-americana para reformular todo o seu sistema informático. Para o efeito, essa empresa fará deslocar a Portugal dois dos seus técnicos mais habilitados.

No domínio da tributação do rendimento e ignorando o conteúdo da Convenção celebrada entre Portugal e os Estados Unidos da América para evitar a dupla tributação, o rendimento da sociedade norte-americana:

- a) É tributado em Portugal.
- b) Embora não sendo tributado em Portugal, está sujeito a retenção na fonte.
- c) Não é tributado em Portugal.
- d) É tributado em Portugal, não estando sujeito a retenção na fonte.

Questão 30.:

Uma empresa portuguesa descobriu um novo processo de fabrico de um produto, que comercializou. Estará a venda do segredo desse processo a uma outra empresa portuguesa sujeita a IVA?

- a) Sim, por se tratar de uma transmissão de bens.
- b) Sim, por se tratar de uma prestação de serviços.
- c) Não, por não se tratar de uma transmissão de bens nem de uma prestação de serviços.
- d) Não, por se tratar de operação isenta.

Questão 31.:

Ignorando o conteúdo das convenções celebrados por Portugal com vista a evitar a dupla tributação internacional, os rendimentos considerados obtidos em território português estão sujeitos a IRS:

- a) Apenas se o titular desses rendimentos for residente em Portugal.
- b) Apenas se o titular desses rendimentos for português.
- c) Qualquer que seja a nacionalidade do titular desses rendimentos.
- d) Qualquer que seja a nacionalidade do titular desses rendimentos, mas apenas se ele residir em Portugal.



Questão 32.:

Em 1 de março de 2014, a Sociedade Beta, Lda. celebrou um contrato de locação financeira de uma viatura, no valor de € 30 000,00, destinada a uso pessoal do seu director financeiro, Dr. Adriano Almeida, no âmbito de um acordo escrito com ele celebrado e que de imediato entrou em vigor.

O contrato de trabalho que ligava o Dr. Adriano Almeida à Sociedade Beta, Lda. cessou, por mútuo acordo, em 31 de outubro de 2014, altura em que ele deixou de utilizar a viatura referida. Assim, o rendimento tributável em IRS, em 2014, do Dr. Adriano Almeida, relativo à utilização pessoal da viatura foi de:

- a) Zero, pois o uso da viatura foi feito no âmbito de acordo escrito.
- b) € 1.800.
- c) € 6.000.
- d) € 7.500.



QUESTÕES DE CONTABILIDADE ANALÍTICA

Questão 33.:

Determinada empresa do ramo agrícola dispõe de um rebanho de ovinos para produção de leite que vende a uma empresa de laticínios. A depreciação anual de uma instalação de ordenha mecânica constitui:

- a) Uma despesa e um gasto do período.
- b) Um pagamento e uma despesa do período.
- c) Um gasto do período.
- d) Um gasto e um pagamento do período.

Questão 34.:

O custo de produção de um serviço de transporte aéreo de passageiros de uma companhia *low-cost* entre Londres e Lisboa incorpora:

- a) Os materiais diretos objeto de conversão.
- b) As rendas totais do *leasing* contratualizado para a compra do edifício da sede.
- c) Os gastos com as tripulações utilizadas nos aviões.
- d) Todas as anteriores são falsas.

Questão 35.:

A empresa ABC, Lda, produz, de modo padronizado, peças 'modelo XYZ125123' que vende às empresas do ramo automóvel. As peças em causa têm um peso médio de 1,5 kgs. e a fábrica definiu que é normal a obtenção de 2 por cento de defeitos de fabrico. As peças defeituosas são vendidas a sucateiros ao preço de € 2/kg.

Em determinado período a fábrica inciou uma série para a produção de 50.000 peças 'modelo XYZ125123', tendo obtido à saída da fábrica 48.800 peças sem defeito. Os materiais diretos e os gastos de conversão da série totalizaram € 654.700, pelo que o custo unitário de cada peça boa entrada em armazém foi de:

- a) € 13,63.
- b) € 13,30.
- c) € 13,16.
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 36.:

O sistema de custeio racional previsto nos normativos contabilísticos caracterizam-se por:

- a) Todos os montantes das naturezas de gastos fabris diretos não são imputados diretamente aos custos de produção.
- b) Os gastos fabris de natureza fixa são imputados com base na capacidade normal das instalações de produção.
- c) As diferenças entre os gastos reais do período e os gastos imputados ao custo de produção nunca são objeto de tratamento na contabilidade analítica.
- d) Todas as anteriores são falsas.

Questão 37.:

A empresa Quimigel, SA dispõe na sua fábrica de uma produção conjunta em que obtém os produtos X e Y, o subproduto S e o resíduo R que envolve gastos de destruição de € 30/tonelada.

Em certo período a empresa teve de custos/gastos conjuntos (matérias primas mais gastos de conversão) € 230.000 para uma produção de 500 tons. de X e 600 tons. de Y de que ainda obteve de 80 tons. de S e 60 toneladas de resíduo R. O preço de venda unitário do produto X é de € 240/tonelada, do produto Y é de € 300 /tonelada e do subproduto S é de € 25 euros/tonelada, mas neste último suporta ainda €5/tonelada com o seu transporte.

Sabendo que a Quimigel, SA reparte os custos conjuntos proporcionalmente ao valor de venda relativo e o subproduto S é mensurado pelo critério do lucro nulo, o custo unitário de cada produto no período é de:

- a) Produto X: € 190,00 e produto Y: € 225,00.
- b) Produto X: € 188,50 e produto Y: € 228,00.
- c) Produto X: € 184,16 e produto Y: € 230,20.
- d) Nenhuma das anteriores

Questão 38.:

Para fabricar o produto X, certa empresa industrial transforma as matérias e os materiais diretos no Departamento Alfa antes de serem concluídas e darem origem ao produto X.

Em certo período deram entrada em armazém, vindos do Departamento Alfa, 190 toneladas do produto X e no final do período havia 10 toneladas desse produto X a que faltava apenas incorporar 50 por cento dos gastos de conversão.

No período o Departamento Alfa consumiu matérias e materiais diretos no montante de € 240.000 e teve gastos de conversão de € 107.250.

O saldo no final do período de Produtos e trabalhos em curso é de:

- a) € 15.000.
- b) € 14.750.
- c) € 13.000.
- d) Nenhuma das anteriores.

QUESTÕES DE CONTABILIDADE FINANCEIRA

A RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES 39 A 45, A SEGUIR APRESENTADAS,

DEVERÁ SER EFETUADA COM BASE NO SNC

Questão 39.:

A empresa ART&FACTO, Lda. vendeu, durante o ano N, 15.000 unidades de um determinado equipamento a € 500 cada unidade. Todos os artigos têm um período de garantia de dois anos. Em média, os custos associados com as reparações e a substituição de artigos vendidos ronda os um por cento do valor das vendas do ano N. Relativamente aos equipamentos vendidos em N, a empresa prestou serviços pós-venda em N e N+1, de € 50.000 e € 20.000, respetivamente.

Assim, em 31/12/N+2, não tendo a empresa prestado serviços pós-venda relativamente aos equipamentos vendidos em N, deve:

- a) Debitar 67 – *Provisões do período* e creditar 29 – *Provisões*, por € 5.000.
- b) Debitar 67 – *Provisões do período* e creditar 29 – *Provisões*, por € 25.000.
- c) Debitar 29 – *Provisões* e creditar 76 – *Reversões*, por € 5.000.
- d) Não efetuar qualquer lançamento, porque não foi prestado qualquer serviço pós-venda no ano.

Questão 40.:

Da empresa ABC, obteve-se a seguinte informação relacionada com a preparação da reconciliação bancária reportada à data de 31 de dezembro de 2014:

Saldo do extrato bancário em 31/12/2014€ 73.690
Cheques em trânsito em 31/12/2014€ 13.250
Transferência relativa a reembolso de IVA€ 12.735
Juros de DO creditados pelo Banco€ 520
Débito efetuado por lapso do Banco€ 370

Na empresa ABC, o saldo contabilístico em 31/12/2014 deveria ser de:

- a) € 74.055.
- b) € 73.325.
- c) € 47.555.
- d) € 47.855.

Questão 41.:

A empresa Beta tinha em armazém, em 1 de janeiro de N, 100 unidades da Mercadoria M com um custo unitário de € 5. No final do mês, a contagem realizada permitiu apurar a existência de 120 unidades da Mercadoria M. As compras efetuadas durante o mês foram as seguintes:

Data da compra	Quantidade comprada	Custo unitário
7 janeiro de N	150	€ 6
17 janeiro de N	200	€ 5,5
27 janeiro de N	120	€ 6

Considerando a efetivação das vendas, com uma margem de 20 por cento sobre o preço de venda, em data posterior à da última compra e sabendo que a empresa utiliza o critério FIFO na valorização das saídas de inventário, o valor das vendas do período foi de:

- a) € 3.000.
- b) € 2.904.
- c) € 3.125.
- d) € 3.025.

Questão 42.:

Em 2013 a Constroitudo, S.A. celebrou com a Alojatur, Lda. um contrato para a construção de um empreendimento por 10 milhões de euros. Retiraram-se da contabilidade da Constroitudo, S.A. os seguintes elementos:

(valores em milhares de euros)	2013	2014
Faturação emitida à Alojatur, Lda.	1.200	4.700
Recebimentos da Alojatur, Lda.	1.000	4.900
Custos incorridos pela Constroitudo, SA	1.260	4.140
Custos estimados pela Constroitudo, SA até à conclusão da obra	7.740	3.600

De acordo com os dados disponíveis, o valor reconhecido em rendimentos na demonstração dos resultados do ano de 2013 da Constroitudo, SA foi de:

- a) 1.400 milhares de euros.
- b) 1.200 milhares de euros.
- c) 120 milhares de euros.
- d) Nenhuma das anteriores.



Questão 43.:

A empresa Permutar, Lda. trocou um equipamento usado por um novo, tendo pago € 8.200 (troca do equipamento: € 8.000; despesas de averbamento da compra: €200). O equipamento cedido na troca teve um custo de aquisição de € 12.000 e já se encontrava depreciado em € 9.000. O preço do equipamento novo é de € 15.000.

O registo da operação envolve:

- a) Reconhecimento do equipamento novo como um ativo por € 15.000 e reconhecimento de um resultado de € 4.000.
- b) Reconhecimento do equipamento novo como um ativo por € 15.200 e reconhecimento de um resultado de € 4.000.
- c) Reconhecimento do equipamento novo como um ativo por € 15.000 e reconhecimento de um resultado de € 3.800.
- d) Nenhuma das anteriores.

Questão 44.:

Em 2014 a sociedade Carsilva, SA, constituiu uma perda por imparidade para clientes de cobrança duvidosa, no montante de € 50.000. Deste, apenas 60 por cento são gastos do período aceites fiscalmente. Considerando as taxas de 23% e de 21% de IRC para 2014 e 2015, respetivamente, tendo em conta que se trata de uma empresa lucrativa, esta perda por imparidade em dívidas a receber pode originar:

- a) O reconhecimento de um passivo por imposto diferido de € 4.200.
- b) O reconhecimento de um ativo por imposto diferido de € 4.200.
- c) O reconhecimento de um ativo por imposto diferido de € 4.600.
- d) O reconhecimento de um ativo por imposto diferido de € 6.300.

Questão 45.:

A sociedade Alfa adota o sistema de inventário permanente. No final do ano, com a contagem física dos inventários, apuraram-se sobras anormais de mercadorias. Para ajustar o montante dos inventários, o TOC deverá registar:

- a) Débito da subconta 38X / Crédito da conta 32X.
- b) Débito da subconta 38X / Crédito da subconta 78X.
- c) Débito da conta 32X / Crédito da subconta 38X e Débito da subconta 38X / Crédito da subconta 78X.
- d) Débito da subconta 78X / Crédito da subconta 38X e Débito da subconta 38X / Crédito da conta 32X.

QUESTÕES DE MATÉRIAS ESTATUTÁRIAS E DEONTOLÓGICAS

Questão 46.:

Os TOC António e João pretendem constituir uma sociedade de profissionais para o exercício da profissão. O que devem fazer?

- a) Constituir uma sociedade comercial ou civil e solicitar o registo do respectivo responsável técnico.
- b) Apresentar ao conselho directivo da Ordem uma proposta de pacto social para aprovação.
- c) Não há qualquer obrigação de registo ou inscrição de sociedades na OTOC.
- d) Constituir a sociedade e requerer a respectiva inscrição.

Questão 47.:

Maria presta serviços de TOC, como trabalhadora independente, numa sociedade de contabilidade. Pode ceder a sua pontuação à gerência da sociedade?

- a) Sim, a cedência de pontuação está expressamente prevista no Estatuto da OTOC.
- b) Sim, nas sociedades de contabilidade, a pontuação dos colaboradores é agregada.
- c) Não, apenas os trabalhadores dependentes da sociedade de contabilidade podem ceder a pontuação, desde que a gerência seja constituída exclusivamente por TOC.
- d) Não, a pontuação é pessoal e intransmissível.

Questão 48.:

A Associação Comercial de Évora pretende prestar aos membros serviços de contabilidade. O que deve fazer?

- a) Contratar um TOC.
- b) Contratar um TOC e nomear, junto da OTOC, um responsável técnico.
- c) As associações não podem, nos termos do Estatuto da OTOC, prestar serviços de contabilidade.
- d) As associações não podem desenvolver actividades lucrativas.

Questão 49.:

Ao TOC *responsável técnico* de uma sociedade de contabilidade compete:

- a) Cumprir os deveres de lealdade previstos no Estatuto da OTOC.
- b) Garantir, por parte da sociedade, o cumprimento das regras éticas e deontológicas aplicadas à profissão de técnico oficial de contas
- c) Assumir a responsabilidade fiscal pelos clientes da sociedade.
- d) Todas as anteriores.

Questão 50.:

“Ainda que haja incumprimento no pagamento dos honorários, o TOC está obrigado a assumir a responsabilidade técnica pelo encerramento das contas do período e envio das declarações fiscais dos clientes quando faltem menos de três meses para o encerramento do período”. Esta afirmação é:

- a) Verdadeira. O Estatuto e Código Deontológico não reconhecem o não pagamento dos honorários como motivo justificado para que o TOC se possa recusar a encerrar as contas e enviar as declarações fiscais dos seus clientes.
- b) Verdadeira. O TOC porque exerce funções públicas não pode, por razões financeiras, contribuir para o incumprimento fiscal dos seus clientes.
- c) Falsa. Não há qualquer limitação à rescisão dos contratos de prestação de serviços celebrados pelos TOC.
- d) Falsa. O não pagamento dos honorários, porque constitui uma violação dos deveres contratuais do cliente, constitui motivo justificado para a recusa de assinatura das declarações fiscais pelo TOC, mediante autorização da OTOC.